

AMARAL, Marília\*

<https://orcid.org/0009-0007-3719-0767>

**RESUMO:** A partir do documentário intitulado “Raizeiros – Saberes Ameaçados”, este ensaio tem como objetivo analisar a oralidade e a memória social no ofício de raizeira e raizeiro do Cerrado, o qual está em processo de reconhecimento para se tornar patrimônio cultural nacional. Nesse sentido, aspectos referentes à relação entre oralidade e escrita, à tradição e história oral, além do registro documental e da memória social são avaliados. Com este estudo, observou-se a circularidade entre oralidade e escrita, fato e representação, subjetividade e objetividade. A partir de fragmentos de memórias, o documentário “Raizeiro: Saberes Ameaçados” permite compreender diferentes narrativas que compõem a história dos saberes relativos ao uso de plantas medicinais do Cerrado.

**PALAVRAS-CHAVE:** raizeira/o; Cerrado; oralidade; memória social, patrimônio cultural.

**ABSTRACT:** Based on the documentary entitled “Raizeiros – Saberes Ameaçados”, this essay aims to analyze orality and social memory in the craft of raizeira and raizeiro in the Cerrado, which is in the process of being recognized to become a national cultural heritage. In this sense, aspects related to the relationship between orality and writing, tradition and oral history, in addition to documentary records and social memory are evaluated. With this study, the circularity between orality and writing, fact and representation, subjectivity and objectivity was observed. Based on fragments of memories, the documentary “Raizeiro: Saberes Ameaçados” allows us to understand different narratives that make up the history of knowledge which involve the use of medicinal plants from the Cerrado.

**KEYWORDS:** raizeira/o; Cerrado; orality; social memory; cultural heritage.

---

\* Doutoranda em Antropologia Social no Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Analista em Patrimônio Cultural no Iphan. Email: amrl.marilia@gmail.com.

## 1. A DEMANDA PELA PATRIMONIALIZAÇÃO: ORALIDADE E ESCRITA

O processo de patrimonialização relativo ao ofício de raizeiras e raizeiros do Cerrado iniciou-se formalmente em 2006, quando a Associação Pacari<sup>1</sup>, movimento da sociedade civil, enviou ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), autarquia do governo federal, o pedido de registro<sup>2</sup> da publicação denominada Farmacopeia Popular do Cerrado como Patrimônio Cultural do Brasil. O processo referente a esse reconhecimento está em curso. Sendo assim, ainda não houve resposta final quanto ao registro como patrimônio brasileiro.

O grupo solicitante da patrimonialização definiu a publicação como farmacopeia, uma vez que a denominação faz referência a livros oficiais do governo que identificam e controlam a qualidade dos medicamentos de um país. A Farmacopeia Popular do Cerrado consiste, pois, em um documento escrito, produzido pelo coletivo responsável pelo pedido de patrimonialização, que reúne “monografias populares” sobre nove plantas do Cerrado e conhecimentos tradicionais referentes à produção de remédios caseiros associados a elas. As plantas abarcadas pela Farmacopeia Popular do Cerrado correspondem às seguintes: Barbatimão, Pacari, Rufão, Algodãozinho, Pé de Perdiz, Batata de Purga, Ipê-Roxo, Buriti e Velame.

Após a demanda passar pela instrução técnica dos servidores do Iphan e pela Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial<sup>3</sup>, os atores institucionais chegaram à conclusão de que a farmacopeia em si, por ser um livro, não poderia ser reconhecida como bem imaterial. Desse modo, a sugestão da instância colegiada e dos técnicos

---

<sup>1</sup> A Articulação Pacari, grupo demandante do reconhecimento em questão, foi transformada em 2005 em associação e é um coletivo com sede em Goiás, abrangendo quase 300 praticantes e facilitadores do ofício, localizados nos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Maranhão. Fazem parte do coletivo agentes pastorais, quilombolas, indígenas, assentamentos da reforma agrária, grupos de mulheres, centros comunitários, farmacinhas comunitárias, agricultores, extrativistas, entre outros. A associação apresenta-se como “rede socioambiental” formada por integrantes da sociedade civil que trabalham com “saúde comunitária, cultura e meio ambiente”.

<sup>2</sup> Registro é o instrumento jurídico instituído pelo Decreto nº 3.551/2000, como forma de reconhecer bens de natureza imaterial como patrimônios culturais do Brasil.

<sup>3</sup> Depois de recebida a demanda de registro, o processo passa pela instrução técnica de servidores do Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan e, em seguida, pela avaliação da Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial, que é a instância colegiada responsável por uma primeira análise quanto a esses pedidos. Se aprovada nesta instância, a demanda é levada para discussão e votação final quanto ao reconhecimento como patrimônio cultural brasileiro no âmbito do Conselho Consultivo do Iphan, órgão colegiado de decisão máxima da instituição.

do Iphan foi no sentido de dar centralidade aos saberes das pessoas que exercem as práticas documentadas no livro e não ao livro em si. Conforme consta na memória de reunião da Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial, ocorrida em 2007<sup>4</sup>:

Roque Laraia ponderou que levar a frente o inventário pode ajudar a sistematizar a rede de pessoas que desenvolvem esta prática, relacionando-a com os biomas. Márcia Sant'Anna sugeriu que o objeto seja rediscutido no sentido de focalizar o ofício no bioma cerrado em termos de instrução do processo. Ao final, decidiu-se pelo seguinte nome para o processo: "Ofício de raizeiras e raizeiros no Cerrado".

Sobre a decisão de tornar o objeto da patrimonialização não o livro, mas os saberes registrados nele, cabe indagar em que medida isso está relacionado ao imaginário de que prevalece a oralidade, em detrimento da escrita, na produção e transmissão de conhecimentos das culturas populares. É necessário, contudo, questionar essa dicotomia, e refletir até que ponto a oralidade pode ser separada da escrita e vice-versa.

Desenvolvendo esse debate, o antropólogo britânico Jack Goody (2010) questiona a ideia do senso comum de que a oralidade é sem escrita. Para o autor, a escrita incide sobre o mundo oral, da mesma forma que as sociedades letradas não prescindem das oralidades. Sendo assim, oralidade e escrita não estão em oposição, mas em relação de circularidade: "Como a escrita é sempre um registro adicional à fala, seu surgimento teve necessariamente uma influência profunda na última, que nunca é a mesma do que quando está sozinha" (Goody, 2010, p. 44). Nesse sentido, a escrita não deve ser subestimada nas sociedades em que predomina a oralidade.

O autor também problematiza o imaginário coletivo que atribui aos regimes orais valor inferior em relação aos regimes escritos, além de criticar o senso de continuidade, de geração a geração, quase automática, que se confere à produção e transmissão de conhecimentos orais. Para Goody (2010), o processo de aprendizagem envolve não apenas a reprodução de padrões, como também está atravessado por variações e descontinuidades. Como consequência disso, a

---

<sup>4</sup> Trata-se da Memória da Oitava Reunião da Câmara do Patrimônio Imaterial, ocorrida em Brasília, no âmbito do Departamento do Patrimônio Imaterial, nos dias 14 e 15 de março de 2007.

passagem do regime oral para o escrito, assim como da escrita para a oralidade, não é um processo simples e mecânico, implicando uma série de operações e decisões.

Isso posto, a escolha da Associação Pacari pela patrimonialização do livro denominado Farmacopeia Popular do Cerrado merece investigação aprofundada, para além dos elementos documentais, nos próximos passos de pesquisa, de maneira a compreender o significado que ele tem para o coletivo e por quais motivos esse escrito foi escolhido como objeto da reivindicação em questão.

Depois da primeira análise do colegiado do Iphan, a Associação Pacari reformulou, em 2009, o pedido de patrimonialização, no sentido de solicitar o reconhecimento do “ofício de raizeiras e raizeiros do Cerrado” como patrimônio cultural do Brasil. O documento define da seguinte forma o ofício: “os raizeiros e raizeiras do cerrado são especialistas no uso sustentável das plantas medicinais e na preparação e indicação de remédios caseiros”, detendo “conhecimentos tradicionais sobre a identificação das plantas, a compreensão de seu ambiente, manejo sustentável, a maneira correta de coletar as partes usadas de cada planta, indicação e uso das plantas medicinais”.

## **2. DOCUMENTÁRIO “RAIZEIROS: SABERES AMEAÇADOS – PARTE 1”: TRADIÇÃO E HISTÓRIA ORAL**

O documentário intitulado “Raizeiros: Saberes Ameaçados – Parte 1” está disponível no sítio eletrônico do Museu do Cerrado e tem cerca de 34 minutos. Em seu texto de apresentação consta que foi produzido devido a diferentes fatores que tornam esses “saberes ancestrais ameaçados”, tais como dificuldades na transmissão de conhecimento em razão do desinteresse ou falta de tempo das novas gerações para darem continuidade ao ofício; perseguições religiosas; perseguições de determinadas classes trabalhistas em relação à atividade; além da degradação do Cerrado.

O audiovisual teve o apoio do Governo de Goiás, por meio de sua Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte e do Fundo de Arte e Cultura de Goiás. É uma realização da UnB Cerrado e das empresas Três Luas Etnobotânica e Quartzo Filmes, ambas com sede em Alto Paraíso de Goiás, município do estado de Goiás. A parte 1 do documentário foi publicizada no ano de 2017 no canal do Youtube da

Quartzo Filmes. Em razão do apoio institucional do Governo de Goiás, o audiovisual reúne relatos referentes ao ofício de raizeiras e raizeiros oriundos dessa região geográfica.

O documentário inicia-se com uma reza e intercala narrações, versos e canções com imagens de plantas do Cerrado e com as imagens e os relatos de raizeiras e raizeiros sobre a atividade que desempenham. Como se trata de um registro produzido com vistas à valorização desse saber, o audiovisual tem caráter divulgativo. Seu foco os testemunhos e fatos narrados pelas pessoas, apesar de não ter perdido de vista a dimensão referente aos atores e às suas trajetórias individuais.

O documentário permite, por meio da oralidade, interpretações qualitativas de processos histórico-sociais, de modo que a história oral é acionada como mais que uma técnica ou procedimento, ajudando a produzir conhecimentos históricos e científicos, no sentido de ir para além do relato de vida e da experiência dos “outros” (Lozano, 1998). Para Lozano (1998), as fontes oral e escrita não devem ser hierarquizadas. Assim como a oralidade, a escrita é uma versão ou visão posicionada sobre a realidade. Daí a necessidade de comparações entre versões. Nesse sentido, a fonte oral não é fonte subsidiária e nem prescinde de controle, sendo importante adotar fontes complementares de forma não hierarquizada.

As fontes orais, tais como descreve Lozano (1998), são elementos subjetivos de difícil manejo científico e a história oral costuma receber o rótulo de segunda classe justamente por causa de sua matéria-prima: a oralidade. Para o autor, a história oral é mais do que uma decisão técnica, consistindo antes em um espaço de contato e influências interdisciplinares (entre História, Antropologia, Sociologia, Psicologia, Linguística, Folclore, Semiótica), com ênfase em fenômenos e eventos que permitem leituras qualitativas acerca de processos histórico-sociais. Desse modo, o historiador da oralidade tem função mais complexa do que um gravador, ao passo que não apenas registra, como também constrói uma análise histórica ao situar o depoimento em um contexto e ao não permitir que aquele substitua a pesquisa (Lozano, 1998).

O caráter divulgativo do documentário faz parte das estratégias do argumentar, descritas por Perelman (1987). No entendimento do autor, argumentar é fornecer razões a favor ou contra uma tese, consistindo, pois, na arte de bem falar, que significa persuadir e convencer. Para Perelman (1987), toda a argumentação é pessoal, isto é,

dirige-se a indivíduos em relação aos quais ela se esforça para obter adesão. Assim, uma argumentação é necessariamente situada, na medida em que é pensada por um orador em relação ao seu auditório.

No audiovisual analisado fica evidente o objetivo de produzir um discurso convincente, isto é, com apelo a um auditório universal. Perelman (1987) distingue os discursos persuasivo e convincente não pela oposição entre razão e emoção, posto que ambas não podem ser claramente discernidas, mas pelo fato de que o discurso persuasivo se dirige a um auditório particular e o convincente a um auditório universal. O documentário “Raizeiros - Saberes Ameaçados” opera como um discurso convincente, visto que busca sensibilizar um público mais abrangente quanto ao valor e ao risco de desaparecimento de um conhecimento especial e distinto.

Na parte 1 do audiovisual, o primeiro relato apresentado é o de Dona Flor<sup>5</sup>, raizeira e parteira da Chapada dos Veadeiros, falecida no dia 09 de agosto de 2023, aos 85 anos de idade<sup>6</sup>. No audiovisual, ela contou que fez o seu primeiro remédio caseiro aos 9 anos de idade, em razão da epilepsia da tia. Para Dona Abadia, outra raizeira entrevistada, apesar de não ter conhecido o avô, esse conhecimento ela traz no “sangue”. Ainda, Tom das Ervas relatou que a mãe e o pai faziam muito uso das ervas medicinais, aprendendo com eles. Seu Miguel descreveu a prática como tradições de Avô, Avó, pai, amigos e idosos.

Seu Dedé disse que começou com a mãe, quando tinha 12 anos de idade. Ele contou que a esposa sabia fazer garrafada para mulheres e ele para homens e que foi também com a esposa que ele aprendeu a fazer garrafada para mulheres depois que ela faleceu. Tia Remédio narrou como acompanhava e indagava a mãe acerca do conhecimento sobre as plantas e justificava isso como necessário para o seu futuro, para cuidar dos filhos depois que casasse. Dona Maria relatou que os mais velhos quando iam “arrancar os remédios” a chamavam para que ela os acompanhasse. Outra raizeira entrevistada afirmou que aos 10 anos começou a “arrancar os remédios”, com a mãe, a avó e o avô.

---

<sup>5</sup> Na parte 2 do audiovisual, Dona Flor define-se como “lavradora”, “erveira” e “parteira”.

<sup>6</sup> Essa informação quanto ao falecimento de Dona Flor consta nas redes sociais dos realizadores do documentário e em portais de notícias.

Essas memórias dos entrevistados evidenciam que a prática de produção de remédios caseiros a partir de plantas medicinais do Cerrado consiste em um conhecimento adquirido no âmbito da família, de modo que na maior parte dos casos os raizeiros foram introduzidos nesse universo desde crianças. Isso não significa, contudo, que a tradição oral é uma mera reprodução do passado. Como evidencia Lord (1987 e 2000) em seus estudos sobre a oralidade e as técnicas utilizadas nas poesias orais, existe criatividade, flexibilidade e transformação na tradição.

Lord (2000) observou o caráter único de cada performance de poesia oral, havendo improvisação baseada em fórmulas, isto é, inovações, embora estas não sejam completamente livres. Esse é um ponto particularmente interessante em seus estudos, na medida em que Lord evidencia não somente como a oralidade também produz cânones e fixidez, como, além disso, a escrita também produz variação e criatividade, invertendo a maneira convencional de interpretar uma e outra tradição. Nessa perspectiva, a aprendizagem, a transmissão e a reprodução de saberes, seja por meio da tradição oral, seja por meio da escrita, dependem não somente de padrões, mas também das variações que ocorrem ao longo do tempo. A oralidade, assim como a escrita, não é fixa, reelaborando memórias antigas a partir de seleções de geração para geração<sup>7</sup>.

Dando continuidade à análise do audiovisual, as raizeiras, no documentário, realizaram alguns comentários sobre os remédios que produzem. Para Dona Flor, “Não existe remédio que não é feito com erva, não. Eles podem modificar, eles podem trocar, eles podem aumentar, eles podem misturar, mas vem da erva. Não adianta”. Outra raizeira afirmou ainda que o remédio caseiro cura melhor do que o de farmácia. Com relação à colheita das plantas, Seu Dedé explicou que “as plantas, não é só chegar e colher, não, tem que pedir licença ao pai do céu”, “para abençoar e a planta dar reação no tratamento da pessoa”.

Seu Joaquim deu seu testemunho acerca de uma vivência pessoal na qual foi curado pelo remédio produzido a partir das plantas. Dona Maria também compartilhou uma experiência pessoal de cura e “não foi remédio de farmácia nenhum” o

---

<sup>7</sup> Essas ideias colocam em xeque a noção de autenticidade, isto é, a referência a um passado comum ou a reificação de uma história compartilhada, na medida em que o caráter repetitivo e imitativo é complexificado, demonstrando que autoria e autenticidade são valores em disputa (Gelbart, 2007).

responsável por ela. Dona Domingas compartilhou a sua experiência também como benzedeira. Para ela, uma benzedeira nunca pode chegar num campo de raízes sem pedir licença e benção a Deus para que nasça outra planta no lugar.

Tia Remédio narrou o preconceito que os benzedores sofrem por parte do “povo da Igreja”, que consideram a prática “macumba”. Para Tom das Ervas, embora não sejam todos, os evangélicos acabam dizendo que o trabalho com plantas é “coisa de bruxaria, coisa do satanás e que não pode se usar isso”, dessa forma alguns dirigentes proíbem que os adeptos adquiram os remédios caseiros.

Com relação a esse ponto, Dona Flor relatou que é chamada “direto” de “bruxa” e, de brincadeira e de vez em quando, de “macumbeira”. Seu Miguel também relatou ser chamada de “macumbeiro”, demonstrando levar o qualificativo na brincadeira, assim como Dona Flor. Dona Domingas, por outro lado, relatou ser “xingada” na rua de “feiticeira”. Dona Luzia também mencionou que a mãe era chamada de “macumbeira”, mas nesse caso a mãe parecia levar mais a sério a denominação: “Mas minha mãe não é ‘macumbeira’, ela simplesmente conhecia os remédios da medicina e arrancava e fazia. E depois ela parou de fazer, não fez mais, porque ela se sentia chateada também”.

Sobre a questão das plantas e do Cerrado, Dona Flor afirmou que não existem mais os lugares nos quais ela coletava as plantas:

Além de estar tudo cercado, não tem terra mais...assim, à vontade para a gente entrar sem estar com humilhação e pedindo licença se pode tirar, se pode entrar. Porque eles compraram e pagaram, então eu tenho o direito de respeitar eles. Aí, agora eu estou sem lugar para trabalhar com ervas porque eu não tenho da onde tirar. E quando vem o fogo é pior para mim, ainda, porque aqui ainda tem uns lugarzinhos assim, fora aqui, que não estão cercados, que eu conheço as pessoas, que eu vou sem pedir e arranco, mas não está tendo. O povo está botando fogo, roçando, enfiando o trator, arranca tudo, as ervas. Lugar que o trator passa as ervas não nascem mais.

Por meio do registro audiovisual, essas memórias ganham encorpamento ao passo que são descritas pelos atores a partir de seus regimes orais e aurais de produção da vida (do modo como falam, cantam, recitam, escutam etc.) e de outros elementos linguísticos, paralinguísticos e não-linguísticos (como os gestos, as expressões faciais, o ritmo, o tom). A escrita deste trabalho traz à tona o problema da transcrição, que diz respeito ao processo no qual a fala se transforma em texto. A

passagem do registro oral para o escrito é complexa, uma vez que está para além da simples transposição para o papel, consistindo na transformação do imanente para o objetivo. A transcrição é um processo criativo que implica uma série de escolhas acerca de como traduzir o som na escrita e de como objetivar a fala do outro, envolvendo uma escuta atenta, além de reflexões e decisões de caráter político e ético.

Conforme John Foley (1995), a etnografia da fala, por envolver performances, depende de contextos culturais para fazer a tradução da oralidade para a escrita. Assim, é importante expor a situação de enunciação e co-criação da oralidade ao transformá-la em escrita, uma vez que os referenciais e ênfases estão associados a essa conjuntura. Nesse sentido, aquilo que ocorre fora da gravação ou entrevista as compõe. Diferentemente de Lord, Foley (1995) dá mais atenção aos aspectos extratextuais, lançando luz sobre a rede de interrelação oral e sobre os significados indexados que revelam questões socioculturais mais profundas. Nesse sentido, uma mesma palavra ou frase pode remeter a diferentes significados a depender do contexto de elocução. Além disso, por meio do grau de especialização e autoridade da fala, é possível perceber o papel social do falante, marcadores relativos ao gênero, às normas de interação e às fórmulas e padrões das falas cotidianas.

Em síntese, o processo de transcrição é um desafio para o pesquisador e, para essa operação, é importante desnaturalizar certas decisões e tomar consciência de algumas escolhas. Isso porque, não existe uma forma unívoca de expressar na escrita determinados aspectos extralinguísticos. Além disso, há especificidades da linguagem oral cotidiana que transcendem à capacidade da escrita. No caso das transcrições realizadas para os fins deste trabalho, como o audiovisual consultado se trata de uma fonte secundária, não houve como explicitar detalhadamente o contexto de elocução das falas para além do já exposto no vídeo.

No que diz respeito às transcrições das falas de algumas raizeiras, busquei representar na pontuação o ritmo da fala delas. Além disso, não suprimi algumas vacilações dos falantes que ajudam a compreender um pouco mais sobre o ritmo e tom das enunciações. Sem perder de vista determinados marcadores regionais e de classe, optei, devido a motivos éticos e políticos, por manter o padrão da norma culta da língua portuguesa na transcrição das falas, embora sem muito rigor gramatical. O

objetivo foi, dentro dos limites de tempo e tema deste trabalho, ensaiar alguns processos de transformação da linguagem oral em escrita.

No documentário em análise, Dona Flor revelou ainda que já realizou mais de 300 partos, exercendo em paralelo os ofícios de parteira e raizeira, e expôs uma situação na qual se disse “perseguida do Ibama”, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Conforme descrito por ela, o caso se deu quando Dona Flor estava dando um curso de ervas, mas foi interpelada por uma representante do Ibama que quis apreender as flores e ervas que ela havia coletado. Surpresa com a situação, a raizeira disse que respondeu da seguinte forma: “– As flores você leva porque eu sei que você quer enfeitar a sua casa, mas as minhas ervas você só vai levar depois que você falar nome por nome e falar para que que elas servem”. No fim da história, a representante do Ibama foi embora sem levar as ervas.

Para Dona Domingas, muitas plantas desapareceram porque foram retiradas do solo e não foram repostas. Em seu entendimento, é importante saber coletar. Dona Luzia também relata o problema da química e dos venenos das plantações de soja, os quais atrapalham o desempenho do ofício. Além dessas questões, Dona Maria exemplificou por meio do relato de uma situação ocorrida com ela a importância de as mudas circularem entre as pessoas, uma vez que são matérias-primas dos remédios caseiros, possibilitando trocas e a manutenção da rede de produção dos remédios.

Sobre a questão da continuidade desse conhecimento, Dona Flor expressou o desejo de que, dentre os 13 filhos que criou, ao menos um dê continuidade ao ofício; contudo, ela afirmou que eles veem a prática como “maluquice” dela. Para Dona Abadia, este é um conhecimento que não deve pertencer a um só pessoa, sendo importante ensinar aos demais para que o saber se perpetue, servindo à geração futura. Em consonância com esse ponto de vista, Dona Luzia expôs o seguinte:

É bom quando a pessoa tem vontade de aprender. É igual criança na escola. A criança que quer aprender, ele procura: “– Ai, me ensina”, né?! E os que não querem...eles não estão nem aí...jogam o caderno para lá e não procuram aprender nada. Agora quem quer aprender, procura: “– Me ensina, para que que serve isso?”, “– Serve para isso”. “– E isso?”, “– Para isso”.

Comentando sobre a questão em sua família, Dona Páscoa afirmou que somente uma neta demonstrou interesse em aprender sobre a atividade de benzimento e de raizeira. Em tom de crítica, Tom das Ervas destacou que a Agência

Nacional de Vigilância Sanitária-Anvisa não autoriza esse trabalho, ele disse que apenas uma minoria de plantas é reconhecida pela agência reguladora. Como consequência disso, pode ser feita a venda da casca e de outras partes de plantas, mas não como remédios. Para ele, isso é um absurdo e uma contradição, pois – para as pessoas que pouco conhecem de plantas – fica difícil usufruir dos seus benefícios medicinais já que não pode ser feita indicação de uso nos rótulos dos produtos naturais.

Esses trechos finais da parte 1 do documentário exemplificam as tensões e os conflitos existentes entre os praticantes do ofício e alguns representantes estatais que têm ponto de vistas restritos a determinados ângulos sobre a atividade de produção de remédios a partir das ervas do Cerrado. Nesse sentido, tanto essas tensões externas com a administração estatal quanto a tensão interna geracional, relativa aos filhos e netos que não demonstram interesse em perpetuar a prática, são apontadas como elementos que ameaçam a produção e transmissão dos conhecimentos referentes ao ofício.

É importante contextualizar que o documentário foi produzido por meio de entrevistas, como fica evidente ao observarmos a articulação das falas. Conforme Briggs (1986), embora a entrevista seja um acesso privilegiado ao processo comunicativo, é necessário ter em mente que o pesquisador não está acessando diretamente o real, mas sim palavras, situações e circunstâncias acerca dele. Assim, a entrevista modela a forma e o conteúdo do que é dito e os entrevistados conectam as perguntas com um vasto repertório de respostas. Isso posto, a justaposição de relatos de raizeiras e raizeiros que o documentário promove acerca de fatos e temas semelhantes ajudam a dimensionar o cenário social relativo à prática do ofício, contudo, não devemos esquecer que as falas estão modeladas de acordo com os fins da entrevista e do documentário e que as realidades cotidianas (ou os “imponderáveis da vida real”, nos termos de Malinowski) são ainda mais complexas.

### **3. DOCUMENTÁRIO “RAIZEIROS: SABERES AMEAÇADOS – PARTE 2”: REGISTRO DOCUMENTAL E MEMÓRIA SOCIAL**

A parte 2 do documentário tem cerca de 41 minutos e em seu texto de apresentação consta a intenção de expor a importância e os desafios dos ofícios de

raizeiro, raizeira, parteira, benzedeira e benzedor, com expressa homenagem à raizeira “Dona Maria Chefe”, falecida em 2017. O audiovisual segue a mesma estética da parte 1, foi publicizado no canal do Youtube da Três Luas Etnobotânica desde 2020 e conta com a participação de outros personagens, no total: Nazira, Cecília, Silene, Dona Domingas, Wilson, Dona Flor, Deja, Dona Severa, Maria Chefe, Negão, Nina, Dona Manu, Seu Josué, João Roberto e Alvino. A realização foi apontada como sendo da empresa Três Luas Etnobotânica, com o apoio institucional do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio, Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), da UnB Cerrado, da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte e da Associação Comunitária da Vila de São Jorge (ASJOR).

Trazendo uma informação nova em relação aos relatos da parte 1 do audiovisual, Dona Severa reforçou que o estudo que ela tem foi Deus que deu. Para Silene, que benze há 20 anos, essa prática é um dom, associado a Deus, já que desde criança ela tem premonições, sonhos, avisos e pensamentos. Por outro lado, João Roberto relatou que aprendeu sobre o Cerrado com o pai, a mãe e a avó. Dona Domingas também disse que aprendeu o ofício com a mãe, que era parteira e fazia remédio para todos da cidade. Assim como Dona Domingas, Nazira aprendeu a “arrancar remédios” com a família, especificamente com a mãe e a tia, já falecidas. Nina relatou que saía no mato para catar planta com a avó. No caso de Maria Chefe, a situação foi diferente, pois ela afirmou que “ninguém ensinou” (“eu que pensei da minha cabeça”), sendo que, quando ela se sentia doente, ia para o mato “arrancar” ervas.

Em seguida, as raizeiras e parteiras compartilharam alguns saberes relativos ao parto, tais como movimentos, rezas e ervas que contribuem para esse processo, além de cuidados pós-parto, referentes à placenta, ao umbigo, ao recém-nascido e à alimentação da mãe e da criança. Para Dona Flor, para uma mulher dizer que é parteira é necessária muita luta: “eu até hoje não sei dizer se eu sou parteira. Daqui há uns tempos eu vou saber se eu sou mesmo, verdadeira”. Em seu entendimento, existe muito segredo entre uma mãe e um filho. Acerca do saber relativo ao uso de plantas medicinais, para o filho de Dona Flor, Wilson, a mãe deixou a ele a “genética do aprendizado”.

Na parte 2 do audiovisual, os raizeiros também compartilharam alguns testemunhos de cura, rezas e receitas de remédios a partir do uso de plantas do Cerrado. Na concepção de Seu Josué em cada planta há uma essência divina dada pela natureza e tudo que resulta da mãe natureza deve ser considerado divino, principalmente aquilo que não vemos e nem pegamos, que é o efeito da planta. Os problemas decorrentes das queimadas, desmatamentos e uso de máquinas e tratores foram apontados pelos raizeiros como obstáculos que enfrentam. Conforme Negão, quase todas as plantas medicinais estão em extinção devido à má extração e ao desmatamento.

João Roberto relatou que muitos residentes da roça, apesar de lá terem nascido e de conviverem diariamente com as plantas, não sabem utilizá-las. Sempre que procurado, no entanto, ele busca repassar os conhecimentos que adquiriu ao “pessoal da roça”. Por outro lado, Nina tem receio de ensinar, haja vista a responsabilidade que isso implica a ela, caso o aprendiz cometa erros. Desse modo, quando alguém pede o remédio, ela prefere fazer. Seu Josué já foi indagado quanto à possibilidade de escrever um livro com os seus conhecimentos. Ele afirmou, entretanto, que, além de faltar tempo para isso, o livro, em seu entendimento, poderia até ser proibido pela Anvisa: “como a Anvisa proíbe a maioria das coisas que favorecem os menos favorecidos”.

Nos relatos da parte 2 do documentário, é possível observar como os discursos em relação ao aprendizado do ofício passam a apontar outras características que transcendem o conhecimento adquirido no âmbito da família, como a conexão com o divino, com a natureza e até mesmo o aprendizado autodidata. Além disso, surge a questão da responsabilidade em torno desse processo de transmissão de conhecimentos, na medida em que os erros do aprendiz podem ser lidos como falhas do mestre e considerando as normas regulamentadoras da administração estatal que impõem restrições a difusão desse saber.

É justamente com vistas a colaborar para a obtenção de legitimidade e valorização para desempenhar o ofício que o audiovisual foi produzido, consistindo em uma ação de preservação por meio da produção de documentação acerca do bem cultural que se pretende salvaguardar. É necessário, contudo, ter em mente que a salvaguarda não é intrínseca à documentação, embora possa ajudar na preservação

da prática cultural, como demonstrou Valle (2023) em seu estudo sobre as “reminiscências” indígena pesquisadas pelo movimento folclorista brasileiro. Desse modo, fica evidente que o documentário visa a garantir direitos, para além da prática de documentação como salvaguarda em si.

Valle (2023) descreve como integrantes do movimento folclorista brasileiro, a partir da década de 1940 (com pujança, nas décadas de 50 e 60), atuaram mais sistematicamente como mediadores entre os intelectuais e o povo no propósito de registro e preservação documental da cultura popular, mapeando e produzindo documentos culturais ao redor do país por meio da pesquisa e do colecionismo, contexto no qual foram elaborados diferentes documentários fonográficos e fotográficos. Valle (2023) observa que, se antes a produção documental ficava restrita aos intentos externos e colonialistas desses sujeitos, hoje essas produções já incorporam em sua metodologia e finalidades os anseios da população registrada, explicitando a dimensão política desse trabalho, a exemplo do documentário em análise neste ensaio.

Seu estudo evidencia como, apesar das produções fonográficas estarem impregnadas de objetivos externos e colonialistas, elas acabaram contribuindo para a preservação de práticas culturais que podem ser reapropriadas e ressignificadas por indígenas do nordeste brasileiro. Isso posto, o documentário “Raizeiros: Saberes Ameaçados” tem o mesmo potencial de salvaguarda, mas está inserido em uma nova tendência de gravação colaborativa com os interlocutores. Sobre essa questão, é relevante pontuar que cada vez mais essas produções têm buscado ir além da mera devolução do material aos grupos interessados, procurando incorporar o olhar do “outro” ao olhar do pesquisador ou mesmo possibilitar a autorrepresentação dos grupos, por meio da disponibilização de recursos e do ensino de técnicas necessárias ao manuseio dos aparatos tecnológicos que fazem esses registros.

Acerca da reprodução do saber, Seu Alvinho compartilhou no audiovisual o seu sonho (e o sonho que ele considera ser de todos os raizeiros) de não deixar que a prática acabe, de modo que os “novos que estão nascendo” cada vez mais “acreditem” e “segurem” esse saber. Cecília também gostaria que as “coisas que eles fazem” tivessem um “futuro” e fossem mais “valorizadas”. Já o sonho de João Roberto é, sempre que possível, as pessoas “largassem” de “farmácia” e “química”. Negão

idealiza “resgatar” as plantas medicinais em uma área específica para servirem a estudos para as crianças que estão nascendo e de modelo para dar continuidade à prática:

Hoje é mais difícil você colocar na cabeça de um adulto que a planta cura, que a planta...ela é...ela...ela...ela não pode arrancar aquela planta, não pode matar aquilo lá, mas se você falar para uma criança, ele vai fazer efeito porque aquela criança, ela vai...ela vai todo dia na mente dela, ela vai...é outro carinho, é outro amor, porque uma criança...então as crianças que eu acho que são a salvação. E se a gente abraçar as crianças, tentar levar esse conhecimento para as crianças, eu acredito que as coisas podem mudar.

A partir da exposição de fragmentos de memórias, o documentário “Raizeiro: Saberes Ameaçados” permite compreender diferentes narrativas que compõe a história dos saberes que envolvem o uso de plantas medicinais do Cerrado. Trata-se, pois de uma multiplicidade de memórias, ora conflitantes ora convergentes, que se unem configurando a memória social do ofício. Nesse sentido, diferentes versões de memórias construídas ideológica e culturalmente sobre os mesmos elementos históricos embora pareçam contraditórias e conflitantes podem ser igualmente válidas e complementares, como é possível concluir a partir dos estudos de Portelli (1998).

Para Portelli (1998), representações e fatos devem ser concebidos relacionalmente, já que as representações se utilizam destes e alegam que são fatos e os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações, isto é, são construídos por meio de representações. Nessa perspectiva, tanto os fatos quanto as representações envolvem a subjetividade humana e a memória consiste em um construto social.

Daí a necessidade de que interpretemos as memórias não como eternas e universais, mas como históricas e específicas, retirando-as do genérico e extraindo delas sua potência a partir das narrativas vividas que se contrapõem umas às outras, confrontando-as e não meramente reproduzindo-as (Portelli, 1998). Uma memória coletiva é construída, pois, a partir de uma variedade de memórias dos indivíduos e só se torna memória coletiva quando é abstraída e separada em alguma medida do individual.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O documentário “Raizeiros – Saberes Ameaçados” consiste em uma fonte de história oral acerca do ofício de produção de remédios caseiros no bioma Cerrado. Nesse audiovisual, a história oral representa mais do que um procedimento de pesquisa, possibilitando leituras de processos históricos e sociais e a produção de conhecimentos científicos, que ultrapassam narrativas e experiências individuais. Nesse sentido, a fonte oral não é subsidiária à escrita, escrita e oralidade não estão em oposição e nem devem ser hierarquizadas. Ambas representam versões sobre a realidade igualmente válidas e potentes. A passagem da oralidade para a escrita, tal como feito neste ensaio, e também da escrita para a oralidade, é um processo complexo que exige diferentes operações e decisões.

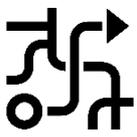
O audiovisual analisado retrata memórias coletivas construídas a partir de diferentes memórias individuais e destaca-se pela produção de um discurso convincente, isto é, com apelo a um auditório universal, que visa sensibilizar as pessoas quanto à necessidade de valorização e às ameaças pelas quais passa esse saber distinto. Embora os conhecimentos dos raizeiros sejam em sua maioria adquiridos de forma oral e intergeracional, isso não significa uma mera reprodução do passado. A oralidade, assim como a escrita, não é fixa, em seu processo de transmissão há criatividade e transformações. Assim, memórias antigas são reelaboradas a partir de seleções de geração para geração, compondo memórias sociais.

Tratar de memórias é lidar com pessoas, vivências, existências, modos de pensar, sentir e agir que variam individualmente, mas que também compartilham um fundo comum. Significa deixar que a consciência penetre a existência, remetendo às relações entre subjetividade e objetividade, entre indivíduo e sociedade.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Processo Administrativo nº 01450.010388/2006-15**, referente ao registro como Patrimônio Cultural do Brasil do Ofício de Raizeiras e Raizeiros no Cerrado (Farmacopeia Popular do Cerrado). Brasília: Iphan. Disponível em: < :: SEI - Pesquisa Pública :: (iphon.gov.br) >. Acesso em 09 de julho de 2022.

BRIGGS, Charles. “Introduction”, “Interview techniques vis-a-vis native metacommunicative repertoires”, “The acquisition of metacommunicative



competence”. In: **Learning how to ask**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, pp.1-30;39-92.

D'ALMEIDA, Sabrina Soares. **Guardiãs das folhas: mobilização identitária de raizeiras do cerrado e a autorregulação do ofício**. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

DIAS, Jaqueline Evangelista; LAUREANO, Lourdes Cardozo. (org.). **Protocolo comunitário biocultural das raizeiras do Cerrado: direito consuetudinário de praticar a medicina tradicional**. Turmalina: Articulação Pacari, 2015. Disponível em: <[https://absch.cbd.int/api/v2013/documents/E5195138-7269-5615-AD9E-E25D19844AFB/attachments/202716/Protocolo\\_Comunitario-Raizeiras.pdf](https://absch.cbd.int/api/v2013/documents/E5195138-7269-5615-AD9E-E25D19844AFB/attachments/202716/Protocolo_Comunitario-Raizeiras.pdf)>. Acesso em 09 de julho de 2022.

DIAS, Jaqueline Evangelista; LAUREANO, Lourdes Cardozo. (coord.). **Farmacopéia popular do Cerrado**. Goiás: Articulação Pacari, 2010. Disponível em: <AVA ICMBio: MEDIATECA>. Acesso em 09 de julho de 2022.

FOLEY, John Miles. **The singer of tales in performance**. Indianapolis: Indiana University Press, 1995:pp.xi-xvi;1-59 (Preface, Caps. 1-2).

GELBART, Matthew. **The invention of “Folk music” and “Art music”**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007:pp.1-13;153-190 (Introduction, Cap.5).

GOODY, Jack. “Literatura” oral. In: **O mito, o rito, o oral**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010: pp.43-57.

GOODY, Jack. Oral culture. In: Bauman, Richard. (Ed.) **Folklore, cultural performance, and popular entertainments**. New York: Oxford University Press, 1992: pp.12-20.

LORD, Albert. “Characteristics of Orality”. *Oral tradition*, 2/1, 1987:pp.54-72.

LORD, Albert. *The singer of Tales*. Cambridge: Harvard University Press, 2000:pp.3-12; (Caps. 1- 3,6)

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janína (Orgs.) **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998:pp.15-25.

PERELMAN, Chaim. “Argumentação”. In: **Enciclopédia Einaudi**, v. 11. Lisboa: Imprensa nacional, 1987:pp.234-265.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janína (Orgs.) **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998: pp.103-130.

VALLE, Carlos Guilherme do. Folclore, práticas governamentais e colecionismo: um caso de mediação entre agentes técnico-intelectuais e remanescentes indígenas na Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. In: PEREIRA, Edmundo & LIMA Filho, Manuel (Org.). **Coleções, colecionadores e práticas de representação**. Goiania: MN/UFRJ, MA/UFG, Cegraf, ABA Publicações, 2023:pp.141-194.

## 6. REFERÊNCIAS AUDIOVISUAIS:

**RAIZEIROS: Saberes Ameaçados – Parte 1.** Direção: Mieko Ferreira Kanegae; Daniela Ribeiro de Souza; Sérgio Makari. Produção: Daniela Ribeiro de Souza; Mieko Ferreira Kanegae. Goiás: Três Luas Etnobotânica e Produções Culturais; Quartzo Filmes, 2016. Disponível em: <https://museucerrado.com.br/raizeiros-saberes-ameaçados/> Acesso em 10 de janeiro de 2024.

**RAIZEIROS: Saberes Ameaçados – Parte 2.** Direção: Daniela Ribeiro de Souza. Produção: Daniela Ribeiro de Souza; Joana Jubé Ribeiro Queiroz. Goiás: Três Luas Etnobotânica e Produções Culturais, 2018. Disponível em: <https://museucerrado.com.br/raizeiros-saberes-ameaçados-parte-2/> Acesso em 10 de janeiro de 2024.

Recebido em 20/03/2024

Aprovado em 03/07/2024